

Comissão pode votar em agosto a criação da Super-Receita

O projeto de lei que cria a Super-Receita está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos para ser votado em agosto. Relatada por Rodolpho Tourinho, a proposta unifica as secretarias da Recei-

ta Federal e da Receita Previdenciária. Líder do governo, Romero Jucá pretende reunir os líderes partidários, antes da votação do projeto, para buscar acordo em torno de pontos polêmicos. **Página 2**



Célio Azevedo

CAE decidirá pontos polêmicos, como medidas de proteção ao contribuinte

Heráclito cobra socorro a brasileiros que estão no exterior

Senador afirma que governo precisa ajudar cidadãos que estão sob fogo cerrado no Líbano e os que saíram do Brasil pela Varig e, após o cancelamento das linhas internacionais da companhia, não conseguem retornar ao país. **Página 4**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.421 – Brasília, terça-feira, 25 de julho de 2006

Lindomar Cruz



Lando (E) e Jungmann se dirigem à CPI Mista dos Sanguessugas: relatório parcial ficará pronto em 18 de agosto

Gravações de telefonemas chegam à CPI

A Polícia Federal forneceu à CPI dos Sanguessugas transcrição de conversas telefônicas mantidas em 2005 entre parlamentares e membros da família Vedoin acusados de chefiar o esquema ilegal de compra de ambulâncias com verbas do Orçamento da União. **Página 3**

Número de remédios populares poderá ser ampliado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa, na primeira reunião de agosto, projeto de lei que determina que a Fundação Oswaldo

Cruz (Fiocruz) disponibilize para as farmácias populares medicamentos de uso pediátrico e os de uso contínuo. **Página 2**



J. Freitas

Proposta a ser examinada pelos senadores da CCJ inclui também remédios para tratar doenças endêmicas

Projeto que unifica secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária enfrenta resistências de auditores fiscais, que terão suas funções reunidas em um único cargo

Super-Receita aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar em agosto projeto que cria a Super-Receita, a partir da unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, dispondo ainda sobre a administração tributária federal e alterando várias leis do setor (PLC 20/06). O projeto recebeu vista coletiva na última reunião da CAE, no início de julho e, por 8 votos a 6, os senadores decidiram adiar a votação.

Como essa foi a última reunião da comissão no primeiro semestre, conforme anunciou seu presidente, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), somente em agosto o projeto poderá ser apreciado. Ainda há polêmica entre os senadores sobre questões vinculadas às categorias profissionais envolvidas nas novas mudanças.

Na última reunião da comissão, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), propôs uma reunião prévia de todos os líderes partidários, antes da votação da matéria, para que sejam acertados os itens de consenso do projeto e negociados os pontos polêmicos, de forma que nenhuma categoria seja prejudicada com a fusão das secretarias.

De autoria da Presidência da República, a matéria, já aprovada pela Câmara, tem como relator o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que deu parecer favorável e acolheu algumas emendas feitas por senadores. O projeto será examinado também pela Co-



Senadores da CAE devem buscar o consenso para votar a matéria em agosto

missão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo para votação em Plenário.

Atribuições

Segundo o secretário da Receita Federal, Jorge Antonio Rachid, a Super-Receita deverá arrecadar 65% de toda a cobrança de tributos no país. Também haverá unificação das funções em um único cargo: o de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

Por serem cargos similares, os auditores fiscais da Previdência e da Receita terão suas funções unificadas pelo projeto, disse Rachid durante audiência na CAE. Segundo ele, não haverá inconveniente em fazer essa transformação, “pois ambos cobram e fiscalizam tributos federais”. Rachid reconheceu que questões “de décadas da categoria vieram à tona” com o projeto da Super-Receita, referindo-se a diversas reivindicações trabalhistas e

salariais dos auditores.

– A unificação, a nosso ver, é pressuposto inescapável da ampliação da capacidade fiscalizatória da União, com o propósito de aumentar a arrecadação dos tributos de sua competência, mas sem criar novos impostos e contribuições. Com mais eficiência, será possível cobrar tributos dos que hoje se escudam na burocracia e na dificuldade de comunicação entre os órgãos fiscais. A medida não é somente racional, mas ainda apresenta nítido caráter moralizador e de afirmação do princípio da isonomia – afirmou Tourinho, em seu parecer.

O senador pela Bahia disse também que os estados e os municípios serão favorecidos com a medida, pois o aumento da arrecadação de determinados impostos e contribuições implicará aumento no valor dos repasses constitucionais.

Em exame na CCJ, remédios a baixo custo e apoio a servidores

Tão logo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) volte a se reunir, em agosto, o colegiado deve apreciar projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) determinando que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) disponibilize, para as chamadas farmácias populares, medicamentos de uso pediátrico e de uso contínuo, bem como os destinados ao tratamento de doenças endêmicas. Se aprovada, a proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Também está na pauta da CCJ proposta do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), que cria o Fundo de Amparo aos



Projeto de Tourinho amplia oferta de medicamentos nas farmácias populares

Servidores Públicos (Fasp). De acordo com a proposição (PEC 59/05), caberá ao fundo aplicar recursos em treinamento para servidores públicos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário realiza sessão às 14h

O Plenário realiza hoje sessão não-deliberativa a partir das 14h, destinada a debates de parlamentares. Na próxima semana, está prevista a retomada do esforço concentrado para a votação de uma agenda mínima antes das eleições. A principal matéria em pauta é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007.

CPI conclui amanhã análise do depoimento de Vedoin

A CPI dos Sanguessugas deve concluir até amanhã a análise do depoimento prestado por Luiz Antônio Trevisan Vedoin à Justiça. O empresário denunciou o envolvimento de mais de cem parlamentares e diversos prefeitos no esquema de uso de recursos provenientes de emendas ao Orçamento na compra superfaturada de ambulâncias. As fraudes também envolveriam funcionários do Ministério da Saúde.

Linha direta com o cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 61-2211. O contato pode ser feito também pelo [site \[alosenado@senado.gov.br\]\(mailto:sitealosenado@senado.gov.br\)](mailto:sitealosenado@senado.gov.br).

Conheça o Senado

O Senado oferece visitas guiadas a turistas e demais interessados. O passeio começa no Salão Negro do Congresso e passa inclusive pelo Plenário. Também há o *tour virtual*, disponível em www.senado.gov.br/comunica/tour/capa.htm.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Amir Lando e Heráclito Fortes

Transcrições revelam conversas telefônicas entre membros da família Vedoin, dona da Planam, e parlamentares suspeitos de participarem da máfia das ambulâncias

Relatório parcial deve ficar pronto em 18 de agosto

O relator da CPI Mista dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem que, no relatório parcial que deverá apresentar no dia 18 de agosto, pretende apontar os nomes de todos os parlamentares contra os quais já há provas suficientes para incluí-los na máfia das ambulâncias. Os resultados serão enviados ao Conselho de Ética de cada Casa.

Conforme Lando, além dos 57 parlamentares já notificados pela CPI, outros 55 nomes foram apresentados por Luiz Antônio Trevisan Vedoin. O empresário é apontado como um dos principais organizadores do esquema de compra irregular de ambulâncias com recursos do Orçamento da União.

– Temos um universo de 112 parlamentares. Desses, cinco são ex-parlamentares. Por isso, mesmo depois da apresentação do relatório parcial, a CPI não vai parar e as sub-relatorias vão continuar trabalhando.

Comissão faz balanço e decide próximos passos

Está marcada para terça-feira, às 11h, a próxima reunião da CPI dos Sanguessugas, quando seus integrantes devem fazer um balanço sobre os trabalhos desenvolvidos desde o dia 22 de junho, data da sua instalação, e decidir os próximos passos a serem dados.

Segundo informações da assessoria de imprensa do presidente da comissão, Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), o deputado vai pedir hoje, oficialmente, o afastamento do deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB) e do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) da CPI. Membro titular da comissão, Gadelha é acusado de participar da máfia das ambulâncias, e Jonas Pinheiro, que integra a lista de suplentes, é casado com a deputada Celcita Pinheiro (PFL-MT), denunciada como uma das parlamentares envolvidas no esquema.

Ainda segundo informação da assessoria de Biscaia, a CPI não deve ouvir novamente o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, apenas analisar o depoimento prestado por ele e cruzar as informações.

CPI tem acesso a gravações feitas em 2005

O sub-relator da CPI dos Sanguessugas, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), obteve ontem da Polícia Federal a transcrição de conversas telefônicas mantidas em 2005 entre membros da família Vedoin, proprietária da empresa Planam, acusada de chefiar a máfia das ambulâncias, e parlamentares suspeitos de participação no esquema. Segundo Sampaio, ainda não houve tempo para uma análise mais minuciosa do material, mas as conversas forneceriam fortes indícios para o aprofundamento das investigações.

Até agora, foram abertos inquéritos contra 57 parlamentares, os mesmos notificados pela CPI e cujos nomes foram tornados públicos pela comissão. No entanto, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, um dos sócios da Planam, chegou a apontar 112 nomes, entre parlamentares e ex-parlamentares.

Nesse sentido, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE), vice-presidente da comissão de inquérito,



Relator da CPI, Amir Lando deve apresentar balanço parcial dia 18 de agosto

protocolou ontem, ao lado dos deputados Fernando Gabeira (PV-RJ), José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Carlos Sampaio – todos sub-relatores – e da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), requerimento solicitando que os demais envolvidos sejam notificados e tenham a oportunidade de apresentar defesa à CPI. Em outro requerimento, os mesmos autores solicitam a quebra do sigilo ban-

cário, fiscal e telefônico de todos os citados no depoimento de Vedoin à Justiça de Mato Grosso, o que incluiria, como explicou Jungmann, não só parlamentares e assessores, mas também membros do Executivo.

No entanto, Sampaio ponderou que a quebra de sigilos não precisaria ser feita agora, assim como os depoimentos dos envolvidos. Ele ressaltou que, no momento,

há outros elementos que permitem evidenciar a participação dos parlamentares na máfia das ambulâncias.

– Realizar depoimentos e quebrar sigilos agora pode fazer com que percamos o foco. Isso deve acontecer após a apresentação do relatório – alertou.

Para Jungmann, seria importante aprovar requerimentos de convocação antes da apresentação do relatório, “para assegurar perante a sociedade que os acusados serão ouvidos”. O relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), deve apresentar um primeiro balanço parcial no dia 18 de agosto.

Defesas

Terminaria ontem o período para que os 57 parlamentares citados pela CPI apresentassem, por escrito, suas explicações à comissão, mas foi concedido ampliação do prazo. Alguns já se manifestaram, mas os esclarecimentos poderão ser prestados até o fim da semana, segundo o sub-relator Fernando Gabeira.

Jungmann afirma haver provas contra 80% dos acusados

A CPI dos Sanguessugas tem dados suficientes para confirmar a participação de cerca de 80% dos 112 parlamentares acusados de envolvimento na máfia das ambulâncias. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente da comissão, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), em entrevista à imprensa. Ele disse que as provas incluem gravações telefônicas e cópias de depósitos bancários, entre outros comprovantes.

– As dúvidas são quanto aos que receberam em dinheiro vivo, por exemplo, por ser fato de difícil comprovação – afirmou.

Com o objetivo de formar uma opinião sobre os casos ainda duvidosos, Jungmann informou que vai apresentar requerimento para que a CPI dos Sanguessugas notifique todos os demais parlamentares denunciados pelo empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin para que apresentem suas defesas por escrito. Até o momento, a CPI só notificou os 57 que estão sendo investigados pelo Ministério Público e pelo Supremo Tribunal Federal. Com base no depoimento de Vedoin, seriam 112 congressistas, sendo que, desses, cinco são ex-parlamentares.



Segundo Jungmann, a CPI dispõe de gravações telefônicas e cópias de depósitos bancários

– Esses novos denunciados não estão sendo investigados. Por isso, a notificação é necessária até para que eles possam se defender em algum fórum e comecem a ser investigados. É importante que a sociedade saiba que a CPI vai até o fim – ressaltou Jungmann.

Solicitações

O deputado afirmou ainda que vai apresentar outros três requerimentos: o primeiro para que o Supremo Tribunal Federal autorize a quebra de sigilo de todos os novos denunciados, inclusive de parentes e assessores próximos a eles. Já o segundo solicita a

convocação, para depor na CPI Mista, do petista José Airton Cirilo, que, na época em que era assessor do ex-ministro da Saúde Humberto Costa, teria, segundo Vedoin, recebido dinheiro para intermediar contatos entre a máfia das ambulâncias e governos petistas nos estados do Piauí e de Mato Grosso do Sul.

– É preciso convocar todos os que forem necessários. O próprio Humberto Costa já se colocou à disposição da CPI para qualquer esclarecimento. Depois das devidas explicações, os 112 serão implicados ou inocentados pela

comissão – explicou.

O terceiro requerimento que será apresentado por Jungmann, em conjunto com outros membros do colegiado, solicita a continuidade, em 2007, dos processos contra os parlamentares cujas participações no esquema de fraudes sejam comprovadas pela comissão de inquérito.

– Aqueles que forem reeleitos deverão passar por um processo de cassação e os demais deverão ser julgados pela Justiça comum – acredita o deputado.

Questionado sobre a informação de que o senador Sibá Machado (PT-AC), integrante da CPI dos Sanguessugas, teria levado um assessor da senadora Serys Shessarenko (PT-MT) para assistir a um depoimento reservado feito a membros da comissão de inquérito em Cuiabá, Jungmann afirmou que é preciso confirmar a denúncia e tomar as providências cabíveis. O genro de Serys, identificado como Paulo Roberto, foi citado no depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin como tendo recebido propina em razão de uma emenda que a senadora teria apresentado para compra de ambulâncias.

Senador considera que autoridades têm sido lenientes na ajuda aos cidadãos brasileiros que estão no Líbano e aos que saíram do país pela Varig e não conseguem voltar

Heráclito: governo deve socorrer brasileiros que estão no exterior

Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu ontem providências imediatas para “acudir os brasileiros que estão fora do país, entregues à própria sorte”. Conforme o senador, as autoridades têm sido lenientes no trato de dois grupos específicos que se enquadram nessa situação – os cidadãos brasileiros que estão no Líbano, sob fogo cerrado de Israel, e os que saíram do país pela Varig e, após o cancelamento das linhas internacionais da companhia, não estão conseguindo voltar.

A atual crise no Oriente Médio teve início no dia 12 de julho, quando a milícia islâmica libanesa Hezbollah seqüestrou dois soldados israelenses e matou outros oito, o que desencadeou uma série de ataques entre os dois países que já vitimou cerca de 380 pessoas, a maioria civis. De acordo com Heráclito, há por volta de 1.600 brasileiros no Líbano.

– Há 15 dias, o governo leva esse assunto com a barriga, lento, alheio ao fato de que aquelas pessoas estão em situação de desespero total. É preciso gastar menos com propaganda oficial e se preocupar mais com os seres humanos – criticou o senador.



“É preciso gastar menos com propaganda oficial e se preocupar mais com os seres humanos”, diz Heráclito

Com relação aos passageiros da Varig, Heráclito condenou sobretudo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que, para ele, tem se mostrado “omissa, displicente e conivente” por permitir que a empresa que arrematou a companhia, a Variglog (que entrou no leilão da Varig com o nome de outra empresa por ela controlada, a Aéreo Transportes Aéreos S.A.) “cancelasse vôos a seu bel-prazer”. A Variglog cancelou as linhas internacio-

nais e a maioria das nacionais, mantendo apenas os vôos da ponte aérea Rio-São Paulo.

O senador acusou a Anac de não tomar nenhuma providência para ajudar as pessoas que estão no exterior e perderam suas passagens, limitando-se a recomendar que os passageiros busquem o endosso de outra companhia aérea. Ele questionou a recomendação perguntando quem iria endossar a passagem de uma empresa que,

no seu entendimento, já nem existe mais.

– A empresa arrematadora tem a obrigação de trazer de volta todos os passageiros que estão lá fora. O transporte aéreo é uma concessão. As companhias têm deveres com o governo, que, por sua vez, tem deveres com a sociedade – salientou o parlamentar.

Heráclito Fortes foi apartado pelo senador José Jorge (PFL-PE).

Para José Jorge, promessas de Lula são “pura mentira”

José Jorge (PFL-PE) classificou de “enganação, pura mentira e empulhação” as promessas feitas pelo presidente Lula no Recife segundo as quais fará uma reforma política e colocará em prática plano de desenvolvimento para o Nordeste, caso seja reeleito.

O senador pernambucano disse que, se realmente o presidente tivesse interesse na reforma política e no desenvolvimento do Nordeste, teria feito algum esforço para isso nos três anos e meio de mandato que já cumpriu.

– Até mesmo essa reforma política mais simples aprovada pelo Congresso foi iniciativa do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC). A base no governo, principalmente na Câmara dos Deputados, fez tudo para que a proposta não fosse aprovada. Durante seu mandato Lula não tomou nenhuma iniciativa sobre



José Jorge: Lula já poderia ter feito a reforma política e desenvolvido o Nordeste

reforma política. Agora, em cima da eleição, vem dizer que a fará, se for reeleito – assinalou José Jorge.

Sobre a promessa que o presidente teria feito de um plano

de desenvolvimento para o Nordeste, José Jorge destacou que a única iniciativa do governo federal nesse sentido, a recriação da Sudene, não saiu do papel. Ele informou que o presidente Lula chegou a encaminhar um projeto para o Congresso Nacional em regime de urgência sobre o assunto, mas logo em seguida mandou retirar a urgência na tramitação da matéria.

Mesmo com tramitação normal, lembrou o parlamentar, o Senado Federal aprovou uma versão melhorada da proposta de recriação da Sudene. De acordo com José Jorge, “a matéria foi para a Câmara dos Deputados e está novamente engavetada”. Um outro projeto, o da transposição de águas do rio São Francisco, que divide a região, acrescentou o senador, também não foi concretizado.

Amir Lando quer atenção para cacaueros inadimplentes de RO

Amir Lando (PMDB-RO) pediu ontem, em Plenário, a atenção do governo federal para cerca de 300 famílias de cacaueros da região central do seu estado. Segundo ele, todos esses agricultores estão sob o risco de perder suas propriedades em virtude de inadimplência com o Banco da Amazônia (Basa), que financiou programas de fomento ao cacau por meio de recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

O senador explicou que os agricultores não conseguem pagar as dívidas com o banco porque tiveram prejuízos por falta de assistência técnica oficial, prevista no contrato de financiamento, pelos ataques da praga vassoura-

de-bruxa e pela queda do dólar diante do real, o que acabou trazendo conseqüências negativas na exportação do cacau, em função da queda vertiginosa do preço do produto no mercado externo.

Lando afirmou ainda, em seu pronunciamento, que enviou requerimentos de informações à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pedindo a revisão da demarcação da Reserva Biológica do Jarú, ampliada em 60 mil hectares por medida do presidente da República. Segundo o senador, parte daquela área é vital para a indústria madeireira local e pode ser explorada de maneira sustentável, sem causar impacto ambiental.

Alvaro Dias lamenta fracasso de negociações na OMC

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem, em Plenário, a interrupção das reuniões da chamada Rodada de Doha (em Genebra, Suíça), anunciada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Os países mais importantes do mundo, disse o senador, não conseguiram entendimento acerca de uma reforma no comércio agrícola mundial.

O parlamentar lembrou que alguns países representados nas reuniões responsabilizam os Estados Unidos pelo impasse nas negociações, em virtude de os norte-americanos não aceitarem a diminuição de US\$ 20 bilhões nos subsídios governamentais para seus produtores agrícolas.

Alvaro Dias afirmou que essas grandes nações agem com egoísmo ao impedirem maiores lucros para os países emergentes no comércio agrícola internacional. Para o senador, a competição nesse setor do comércio mundial é “desvantajosa, desigual



Segundo Alvaro, não há acordo sobre uma reforma no comércio agrícola mundial

e perversa” para os países em desenvolvimento.

– Foi uma rodada frustrada. Não houve sensibilidade dos líderes mais importantes do mundo. Uma reforma no comércio agrícola mundial poderia reduzir os índices de pobreza no mundo – enfatizou.

Biblioteca Acadêmica
Luiz Viana Filho

Informação ao alcance de todos

Senado Federal
Subsecretaria de Biblioteca
e-mail: ssbib@senado.gov.br
www.senado.gov.br/biblioteca
Tel: (61) 3311 3943 e 3311 3944 - Fax: (61) 3311 1665
Praça dos Três Poderes, Anexo II, Térreo - Brasília/DF